



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 12

Acta da reunião ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia 29 de Abril de 2011. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas dezanove e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no gabinete provisório desta mesma Assembleia, sito na rua de Santo André, freguesia das Velas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e), do n.º 1, do art.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal; -----

----- 2. Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre o Parque de Armazenamento de Combustíveis nas Velas e respectivo Relatório; -----

----- 3. Projecto de Regulamento do Canil Municipal das Velas e estudo económico respectivo; -----

----- 4. Delegação de competências na Junta de Freguesia da Urzelina; -----

----- 5. Delegação de competências na Junta de Freguesia das Manadas; -----

----- 6. Prestação de Contas referentes ao ano de 2010; -----

----- 7. Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2010; -----

----- 8. Proposta para a primeira revisão orçamental. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, o mesmo comunicou ao plenário ter-lhe sido justificada a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro, que se fez representar por outro elemento da Junta de Freguesia, tendo tomado posse o elemento substituto da freguesia de Santo Amaro. -----

----- Ora, sendo a primeira vez que a senhora Maria das Neves Vieira Brasil Mendonça toma lugar no plenário da Assembleia Municipal, foi dada a respectiva posse, pelo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Secretário, senhor António Oldemiro das Neves Pedrosa, que fizesse a leitura da respectiva Acta de Verificação de Poderes referente à senhora Maria das Neves Vieira Brasil Mendonça. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Secretário da Mesa que fizesse a chamada, tendo-se verificado estarem presentes os senhores deputados a saber: António Frederico Correia Maciel, João Manuel Cordeiro da Ponte, Rui Miguel Vieira Sequeira, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, Susana Patrícia Góis Pereira da Silva e Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila, eleitos nas listas do Partido Socialista, das senhoras e senhores Mark Silveira Marques, José Luís Dias Bettencourt, Paula Maria Bettencourt Amarante Sequeira, Ana Maria Fagundes Pereira e António Oldemiro das Neves Pedroso, eleitos nas listas do Partido Social Democrata, e do senhor Abel Jorge Igrejas Moreira e da senhora Maria da Luz Silva das Graças, eleitos nas listas do Partido Popular, bem como dos Presidentes das juntas de freguesia ou seus substitutos, Vasco Fernando de Matos, Presidente da junta de freguesia das Manadas, eleito nas listas do Partido Socialista, Luís Virgílio Sousa da Silveira, Presidente da junta de freguesia de Rosais, eleito nas listas do Partido Popular, Dário Trajano Almada, Presidente da junta de freguesia do Norte Grande, eleito nas listas do Partido Socialista, Maria das Neves Vieira Brasil Mendonça, tesoureira da junta de freguesia de Santo Amaro, eleita nas listas do Partido Socialista, Amaro Rui Machado Soares, Presidente da junta de freguesia da Urzelina, eleito nas listas do Partido Socialista, e Paulo Alberto Bettencourt da Silveira, Presidente da junta de freguesia das Velas, eleito nas listas do Partido Social Democrata, pelo que, se constatou haver quórum para funcionar a Assembleia, tendo o senhor Presidente da Assembleia, declarado aberta a sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia passou de seguida à leitura do expediente referindo que foram recebidas várias publicações regionais e nacionais provenientes de Grupos Parlamentares, de Partidos Políticos, de Associações Autárquicas, etc. -----

----- 1 - Da empresa municipal Velasfuture, L.F.M., receberam-se, para conhecimento, as contas referentes ao ano de 2010. -----

----- 2 - Do senhor deputado municipal Mark Marques receberam-se cópias de vários requerimentos apresentados na Assembleia Legislativa Regional,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

nomeadamente, sobre o Porto do Topo, os transportes marítimos de passageiros na Calheta, aumento do preço do transporte de excesso de bagagem, a repavimentação e manutenção do acesso à Fajã do Ouvidor, processos de prestações sociais, provas de rendimentos para comparticipação financeira nos medicamentos e pagamento de leite aos produtores. -----

----- 3 - Do senhor deputado municipal Luís Silveira receberam-se cópias de vários requerimentos apresentados na Assembleia Legislativa Regional, nomeadamente, comparticipação de medicamentos para pensionistas, aumento do Porto Comercial de São Jorge e atrasos no pagamento de leite aos produtores e ainda, de mesmo recebemos cópia da sua intervenção sobre como a proliferação do coelho bravo em São Jorge afecta a produção agrícola na ilha. -----

----- 4 - Do senhor Presidente da Câmara Municipal das Velas foi recebido um ofício, datado de 18 de Abril de 2011, comunicando que a Câmara, considerando que as dificuldades financeiras do Município não suportam este encargo, deliberou dar parecer desfavorável à renovação do contrato de prestação de serviços com a pessoa singular Adriano Manuel Silveira Brasil, pelo valor anual de € 10.520,00 e estudar a viabilidade de uma nova contratação com valores suportáveis por este Município tendo a deliberação da Câmara sido aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade. -----

----- A este ofício foi dada resposta, através do ofício com o n.º 40/2011 - Processo CM, pelo Senhor Presidente da Assembleia, em 20 de Abril do corrente, comunicando que está disponível para aceitar qualquer pessoa que se encontre vinculada directa ou indirectamente à Câmara Municipal, desde que a mesma obedeça ao perfil anteriormente apresentado no ofício n.º 4/2009, de 24 de Novembro de 2009. -----

----- 5 - Ainda do Senhor Presidente da Câmara das Velas foi recebido um ofício datado de 20 de Abril de 2011, relativo à Comissão de Trânsito, da deliberação de solicitar informação à Unidade Orgânica de Finanças e Património e ao Armazém Municipal sobre o paradeiro da sinalização adquirida entre Junho e Agosto de 2009, a qual não foi utilizada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- 6 - Foi recebido mais um ofício do Sr. Presidente, datado de 20 de Abril de 2011, remetendo cópia da Acta da Comissão de Trânsito do dia 23 de Março. -----

----- 7 - Do Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia Regional foi um ofício confirmando a presença do sr. Deputado Regional na sessão comemorativa do Dia da Liberdade. -----

----- 8 - Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses recebemos dois ofícios comunicando a esta Assembleia a realização do XIX Congresso daquela Associação, solicitando a eleição de um Presidente de Junta e de um seu substituto, também ele Presidente de Junta, para participar no Congresso, juntamente com o Presidente da Câmara, ou o seu substituto, e o Presidente da Assembleia Municipal, ou o seu substituto. -----

----- 9 - Do senhor Presidente da Junta de Freguesia das Velas foi-nos enviada a recomendação aprovada em sede de reunião do executivo daquela Freguesia, e sufragada pela Assembleia de Freguesia sobre a localização do Parque de Combustíveis, tendo o executivo deliberado por unanimidade, após auscultação da população da Freguesia, principalmente dos moradores de Entre-os-Morros, que manifestaram grande preocupação em relação à possível instalação do Parque de Combustíveis naquela zona, recomendar à Câmara Municipal das Velas para que esta procure, junto do Governo Regional, que este crie condições para que a implantação do Parque de combustíveis seja possível junto ao Porto Comercial das Velas. -----

----- 10 - Da comissão organizadora do Vº III Congresso Regional do CDS-PP Açores, através do Ofício 45 CDS/2011, de 27 de Abril de 2011, recebemos um convite dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal para estar presente na cerimónia de encerramento do referido Congresso que se realizará dia 15 de Maio do corrente ano. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte de antes da ordem do dia, apresentação de propostas ou requerimentos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para fazer referência à análise sobre a criação da empresa "Quinta da Atafona", para a qual foram solicitados, ao Senhor Presidente da Câmara, diversos documentos os quais, até ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

momento, não foram disponibilizados, pelo que se reitera a necessidade de que os mesmos sejam apresentados a esta Assembleia, sob pena de não poder ser feita uma cabal análise do assunto em questão. -----

----- Outra situação assinalada pelo Senhor Presidente da Assembleia prende-se com as empresas municipais e o processo de fusão por incorporação. Este processo está a ser acompanhado e foi calendarizado pela empresa SMARTVISION, tendo sido apresentado a esta assembleia na reunião de 28 de Fevereiro de 2011. -----

----- Ora, este processo, de acordo com o calendário supra referido, pressupunha uma série de acções por parte de todos os intervenientes, a partir do dia 24 de Março e culminaria em finais de Setembro de 2011, com a Fusão propriamente dita. -----

----- Segundo este mesmo calendário, na sessão de hoje desta Assembleia deveria ser apresentada uma proposta de autorização para dispensa do relatório do Revisor Oficial de Contas em relação ao Projecto de Fusão. Porém, e como não recebemos qualquer proposta nesse sentido, encontra-se o cumprimento do mencionado calendário comprometido, resultando daqui um atraso de cerca de dois a três meses em todo o procedimento. O senhor Presidente da Assembleia solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre a situação descrita. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que se congratulou pelos inúmeros Municípios presentes, felicitando a assistência por demonstrar, através da sua presença naquela sala, grande envolvimento na vida do Concelho, tendo respondido ao senhor Presidente da Assembleia que apenas tomara conhecimento da necessidade de apresentação da proposta em causa, duas horas antes da reunião da Assembleia e, portanto, não tinha tido tempo para estudar a proposta, nem saber se estava dentro da legislação, considerando precipitado trazer aquele documento a esta Assembleia verificadas as circunstâncias em que o recebeu. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para referir que, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, solicitou a elaboração de um azulejo alusivo à data, tendo sido incumbido, quer da concepção quer do seu fabrico o senhor secretário da Mesa da Assembleia, António Oldemiro, cujos trabalhos já são bastante reconhecidos ao nível da azulejaria. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- O senhor Presidente da Assembleia solicitou então ao funcionário da Assembleia que procedesse à entrega dos mesmos aos senhores Vereadores presentes e aos Membros da Assembleia que não estiveram na cerimónia referida. -----

----- O senhor deputado Luís Silveira pediu para intervir, tendo-lhe sido concedida a palavra. -----

----- Começou por felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara pela forma como foram organizadas as Festas de São Jorge, nomeadamente, a comemoração do Dia de São Jorge, referindo que a integração dos santos padroeiros de todas as freguesias do concelho, na Precissão em honra de São Jorge, trouxe ainda maior dignidade ao momento, e do Dia 25 de Abril, quer pela qualidade das intervenções que foram proferidas, quer no momento do encerramento, pela magnífica actuação do artista Manuel Freire. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia apresentou os seguintes requerimentos:

----- Sobre a data de publicação do Regulamento de Bolsas de Estudo, apresentado a esta Assembleia no dia 28 de Fevereiro de 2011; -----

----- Sobre a publicação do Regulamento de Taxas e Licenças e, no pressuposto desta não ter ainda ocorrido, se foi feita a cobrança de alguma taxa e, no caso afirmativo, qual o montante e como será feito o reembolso desses valores aos cidadãos que foram lesados no pagamento de taxas indevidas; -----

----- Sobre o Parque Infantil de Entre-os-Morros, equipamento público que não obstante ter sido inaugurado em Outubro de 2009, apresenta já um avançado estado de deterioração, resultado da exposição aos elementos, principalmente ao salitre que tem um efeito corrosivo tremendo, e que, neste momento, se revela um perigo para a segurança das pessoas que o utilizam, mais propriamente para as crianças. -----

----- Posto isto, e não havendo mais requerimentos ou propostas dos senhores deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia, passou ao período destinado à intervenção do público, tendo-se inscrito dois dos presentes: 1. Hélder Teixeira, morador na Avenida do Livramento, assunto - localização do Parque de Combustíveis; 2. José Gabriel, morador nas Velas, assunto - Parque de Campismo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Foi seguidamente dada a palavra ao primeiro inscrito, senhor Hélder Teixeira, que se dirigiu à Assembleia, em nome de todos os moradores da zona de Entre-Morros a fim de questionar os membros da mesma em relação à presente situação do projecto do novo Parque de Combustíveis das Velas e da sua possível localização na zona de Entre-Morros. Procedeu então à leitura de um documento cujo conteúdo se transcreve de seguida, na íntegra, e que faz parte da presente acta.

"Como moradores vêm perante esta Assembleia demonstrar o seu descontentamento com a localização da referida obra apresentando alguns aspectos que gostavam que fossem apreciados e comentados pela assembleia. Primeiro, a área em questão é uma zona paisagística, ambiental, residencial e a implementação da referida estrutura dista das primeiras habitações apenas cerca de 35 metros. Segundo, na referida zona localiza-se uma escola, um parque infantil e um parque de campismo. Terceiro, existe no local, uma zona desportiva que contempla as Piscinas do Morro e o Campo de Jogos Municipal. Quarto, não há divulgação pública de um estudo de impacto ambiental com objectivo de avaliar as consequências de algumas acções para que possa haver a prevenção da qualidade do ambiente. Quinto, o sítio de Entre-Morros é uma zona de nidificação de cagarros, espécie protegida nos Açores, a área em questão é uma zona de interesse turístico, localizada entre dois morros, com vista privilegiada para as ilhas do Pico e Faial, a partir do Miradouro do Canavial, muito frequentada pela população local e pelos inúmeros turistas que visitam esta ilha. A área em questão é a única zona de expansão da Vila das Velas, que nos últimos anos aumentou a sua área residencial para Entre-Morros, vendo o seu parque habitacional altamente desvalorizado com a construção de uma estrutura deste género. Oitavo, o terreno em causa, é dos poucos ou o único na Vila das Velas com dimensões e localização para se poder, no futuro, realizar uma infra-estrutura desportiva ou cultural de interesse para o desenvolvimento da comunidade. Nono, o perigo que o Projecto poderá trazer para a população. Como se pode constatar, são inúmeros os motivos para que tal obra não seja construída no referido local. Compreendemos, contudo, a necessidade de construção de um novo parque de combustíveis. No entanto, solicitamos que o mesmo seja construído junto ao Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

de contentores, no Porto Comercial de Velas, aquando do alargamento do mesmo previsto pelo Governo Regional dos Açores. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores deputados municipais se pretendiam intervir sobre a matéria em causa, sem prejuízo da mesma estar integrada na ordem de trabalhos e vir a ser tratada em momento oportuno. -----

-----Foi dada palavra ao senhor Presidente da Câmara que referiu que, fazendo aquela matéria parte do ponto segundo da ordem de trabalhos, e tendo em conta que existe um relatório sobre a mesma, deixava todas as considerações para a fase de discussão do referido ponto. -----

-----De seguida, foi concedida a palavra ao senhor deputado Mark Marques que se mostrou indignado pela postura do senhor Presidente da Câmara, uma vez que a questão da localização do Parque de combustíveis motivou a presença nesta reunião de cerca de 40 pessoas que aguardam por uma resposta às suas questões e que, a falta de uma palavra neste momento, representa um desrespeito pelo público presente. -----

-----Foi dada palavra novamente ao senhor presidente da Câmara que referiu que a questão da localização do Parque de Combustíveis só se colocou pela necessidade urgente de arranjar uma alternativa ao Parque de Combustíveis actual, o qual representa uma "bomba em cima das Velas". Mais referiu que a Câmara não desejava que o Parque ficasse na Vila das Velas, e o que seria necessário assegurar era que o mesmo ficasse no concelho das Velas. -----

----- Adiantou que seriam solicitados parecer às Secretarias Regionais sobre a localização que venha a ser possível para o Parque em questão. -----

----- O ideal, no entender do senhor Presidente da Câmara, seria que o Parque ficasse afastado das habitações, todavia, isso sempre dependeria da sua viabilidade técnica. -----

----- O senhor Presidente referiu ainda que estava aberto a todas as soluções possíveis, sendo que o seu objectivo mais premente nesta matéria era a resolução do problema de falta de capacidade de reserva, verificada a sua reduzida dimensão e a perigosidade do actual parque de combustíveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Acrescentou a esta situação que já existia um relatório da Comissão relativamente a este assunto no qual eram ponderados todos os factores que adiante se debateriam. -----

----- Pediu a palavra o sr. Hélder Teixeira solicitando que o sr. Presidente da Câmara esclarecesse porque é que, havendo abertura para outra localização do Parque, a mesma não se faz no actual Cais, tendo em conta o alargamento do mesmo.

----- Em resposta a esta questão, o senhor Presidente da Câmara referiu que nunca foi colocado qualquer entrave a qualquer que fosse a localização do Parque e que não existia qualquer compromisso para que o Parque fosse Entre-Morros, reforçando a ideia de que a urgência seria resolver o problema que se arrastava há mais de dezasseis anos. -----

----- Referiu ainda que, a primeira vez que foi abordado a propósito desta matéria, a sua preocupação foi no sentido de indagar da possibilidade do Parque de Combustíveis ser deslocado para fora das Velas, ao que lhe foi dito não ser tal hipótese concretizável. -----

----- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Abel Moreira, começando por agradecer a presença do público e, referindo-se à questão da localização do Parque de Combustíveis, sublinhou que ninguém defendia a localização do Parque na zona de Entre-Morros. Pediu que o público tivesse paciência e que aguardasse pela exposição do relatório e pelo debate do ponto da Ordem de Trabalhos que versava exclusivamente essa matéria. -----

----- Realçou ainda o facto de este assunto ser da inteira responsabilidade da Secretaria Regional da Economia e não da Câmara Municipal das Velas, nem tão pouco da Assembleia Municipal, e que, aproximando-se a visita estatutária do Governo Regional dos Açores à ilha de S. Jorge, que seria no próximo dia 23 de Maio, esse seria mais um momento para abordar este tema. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Mark Marques para esclarecer que era certo que a responsabilidade sobre o presente assunto pertencia ao Governo Regional, todavia, o que motivava a preocupação da sua bancada era o facto de a Câmara Municipal das Velas, numa reunião de Outubro de 2010, ter aprovado uma deliberação quanto à localização do Parque de Combustíveis na zona



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

de *Entre-Morros* e a existência de uma minuta de contrato para formalização do mesmo. -----

----- Manifestou o senhor deputado a intenção de subscrever e entregar uma petição junto da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para subir a Plenário, e assegurou que iria ao local a Comissão da Economia para analisar a situação e iria ser dada a dimensão que o assunto merecia. -----

----- Acrescentou que estava em causa a qualidade de vida das pessoas que escolheram aquela zona para habitar e não estavam dispostas a abrir mão desse direito. -----

----- Em alternativa à localização que motivava todo esse descontentamento, o PSD não se limitando a criticar, fora o único que apresentara como possível a localização do Parque no porto comercial das Velas, aliás conforme resultava da Recomendação apresentada e a ser votada no decorrer desta sessão. -----

----- De seguida, foi dada palavra ao senhor José Gabriel, que se inscreveu previamente para o efeito, tendo este interveniente referido que possuía, até Outubro de 2010, um contrato de exploração do Parque de Campismo das Velas, que celebrara com a empresa Velas Futuro, L.L.M. Findo o contrato, foi aberto novo concurso pela mesma empresa, tendo sido apresentadas duas propostas, sendo que a sua proposta seria a vencedora. Após essa situação, recebeu uma carta da Velasfuturo, L.L.M. a comunicar a anulação do concurso sem ser apresentada qualquer fundamentação. Na sequência desta comunicação, e como foi informado de que teria de abandonar o local no prazo de 15 dias, foi falar com o senhor Presidente da Câmara que lhe disse para guardar a carta e deixar-se estar até próximas indicações, pelo que permaneceu no local. -----

----- Todavia, cerca de 15 dias antes, recebeu nova comunicação, desta vez da Câmara Municipal, a dar-lhe um prazo de 15 dias para sair do parque de Campismo sob pena de serem accionados os meios legais necessários para o efeito. Dirigiu-se novamente ao senhor Presidente da Câmara que o informou que não podia intervir nessa matéria além de que já estava a ser discutida a possibilidade da Junta de Freguesia ficar com a gestão do Parque de Campismo. Foi-lhe sugerido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que se dirigisse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia expondo a sua situação. -----

----- O senhor José Gabriel informou também que o senhor Presidente da Junta referiu que da forma como era proposta a gestão/exploração do Parque, a Junta não tinha condições de a aceitar. -----

----- Ora disse o senhor José Gabriel que, tendo em conta que havia cerca de 3 anos que explorava e vivia no Parque de Campismo com a sua esposa e uma filha menor, que fizera um grande investimento naquela área e que considerava ter prestado um bom serviço, solicitava que o esclarecessem em relação a esta situação. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse já ter seguido comunicação escrita em resposta ao agora exposto pelo senhor José Gabriel, nada tendo a acrescentar. -----

Inscreveram-se dois deputados municipais, o senhor Paulo Silveira e o senhor Mark Marques. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Paulo Silveira que começou por agradecer a presença de todos e referir que se a população se envolvesse desta forma em muitos dos assuntos que eram trazidos a esta Assembleia, provavelmente, não estaríamos no marasmo em que estamos. -----

----- Em relação ao Parque de Campismo, e como foi feita referência à Junta de Freguesia das Velas, da qual este deputado é Presidente, disse ser necessário alguns esclarecimentos. Pois, o senhor Presidente da Câmara de facto perguntou ao senhor Presidente da Junta se a Freguesia teria interesse em ficar com o Parque de Campismo. O Presidente da Junta por sua iniciativa visitou o Parque e verificou as condições em que o local se encontra tendo-lhe sido apresentada uma proposta de Protocolo de cedência do Parque em que a Câmara se comprometia a entregar o Parque, todavia, atendendo à conjuntura, não havia referência à cedência de qualquer funcionário ou verba para o funcionamento do Parque de Campismo. -----

----- Disse ter suscitado curiosidade a abordagem do senhor Jorge Gabriel, uma vez que não existia qualquer procedimento formalizado, pelo que a Junta não tinha delegação de competências nessa área. Referiu ainda que, nas conversações havidas com o senhor Presidente da Câmara, comunicou-lhe que seria interessante se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

exploração do Parque de Campismo pudesse ser feita em simultâneo com a exploração das Piscinas de Entre-Morros, mas chegou-se à conclusão que as Piscinas são da empresa municipal e não da Câmara. -----

----- Acrescentou que, como se tratava de um assunto complexo, foi o mesmo levado à Assembleia de Freguesia que, tendo em conta todo o referido, foi unanimemente da opinião que a Freguesia não deveria aceitar o Parque de Campismo naquelas condições e a Junta comunicou a sua decisão à Câmara de não aceitar a delegação de competências por falta de recursos humanos e financeiros para suportar as despesas inerentes àquela. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques, que manifestou ser sensível à situação exposta pelo senhor José Gabriel, mas a sua maior preocupação era o facto de estarmos a 29 de Abril e ainda não estar definido o funcionamento do Parque de Campismo. Atendendo a que a procura deste tipo de espaço ocorre predominantemente nos meses de Junho a Setembro, seria importante determinar como seria feita a utilização / exploração daquele espaço. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal Luís Silveira que disse não ser possível a anulação de qualquer concurso público sem a devida fundamentação, dentro do que define a lei, razão pela qual, o grupo municipal do CDS-PP sugeria ao senhor Presidente da Assembleia Municipal das Velas que solicitasse uma cópia do processo de concurso que decorreu para a cedência de exploração do Parque de Campismo das Velas, para que a Comissão Permanente desta Assembleia pudesse analisá-lo e verificar se existiu ou não fundamento para a anulação referida e em que moldes foi feita. -----

----- Deixou ainda outra sugestão, no seguimento do que já havia sido referido pelo deputado Mark Marques, no sentido de, verificando-se a proximidade do Verão e que o procedimento para uma nova concessão poder demorar mais do que três meses, o anterior concessionário, pese embora o seu contrato tenha terminado, permaneça no local, garantindo o funcionamento do Parque, até que a exploração do mesmo seja adjudicada em sede de um novo concurso. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques que subscreveu a segunda proposta do deputado Luís Silveira, e referiu que, de acordo com o art. ° 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

do Regulamento de Funcionamento do Parque de Campismo, o mesmo deve funcionar de 1 de Abril até 30 de Setembro, sendo este mais um argumento a favor da proposta apresentada. -----

----- Não havendo mais quem quisesse usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta parte de antes da ordem do dia relativa à intervenção do público passando à segunda parte deste mesmo período destinada ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município por parte dos senhores deputados municipais. -----

----- De seguida o senhor Presidente convidou as direcções dos Grupos Municipais a apresentarem em mesa os nomes dos deputados que pretendessem usar da palavra solicitando ao senhor secretário da Mesa que tomasse nota dos mesmos, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Paulo Silveira, Mark Marques, Margarida Fernandes, Abel Moreira e Maria da Luz. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal Abel Moreira que dirigiu duas questões ao senhor Presidente da Câmara: solicitou informação sobre o abastecimento de água à Ribeira do Nabo e a razão de, sendo ainda Abril, já se terem verificado cortes no abastecimento àquela zona. A segunda questão prendeu-se com as obras do cemitério da Urzelina, uma vez que na última Assembleia foi dito que o Projecto estava em andamento, pelo que gostaria de saber em que fase está esse Projecto. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Paulo Silveira que trouxe várias questões dando voz às preocupações manifestadas na Assembleia de Freguesia, nomeadamente a alegação dos Bombeiros Voluntários de ser impossível, em situação de emergência, fazerem passar as suas viaturas na rua Francisco Lacerda e rua Direita, pelo que solicitou à Câmara Municipal a deslocação dos últimos dois postes de electricidade, pelo menos, de forma a poder passar uma viatura de socorro em caso de necessidade. Outra questão dizia respeito aos prédios devolutos pretendendo-se saber se está a ser tomada alguma medida quanto a essa situação. -----

----- Foi dada palavra ao senhor presidente da Câmara que, em resposta às questões colocadas pelo deputado Abel Moreira respondeu, relativamente ao Projecto do cemitério da Urzelina, que o mesmo já se encontrava nas mãos do senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

da Junta de Freguesia da Urzelina e esclareceu que os cortes de água na Ribeira do Nabo, se deviam exclusivamente a correcções nas condutas e que ocorriam apenas durante algumas horas para os trabalhos serem feitos. -----

----- No que respeitava às questões colocadas pelo deputado Paulo Silveira, o senhor Presidente da Câmara disse que, se fosse possível, iria proceder à deslocação dos postes de electricidade da Rua Direita e, quanto aos prédios devolutos, informou que havia algum tempo que foram enviados ofícios a alguns dos proprietários dos prédios, tendo havido algumas respostas até no sentido de autorizarem a Câmara a fazer a demolição, e que a câmara iria prosseguir com a consulta às pessoas que possuíam prédios naquelas condições quer nas Velas como nas restantes freguesias. -----

----- De seguida foi dada palavra à senhora deputada Municipal Margarida Fernandes que começou por referir que na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro foi proposto pelo Presidente da Assembleia, e aprovado por unanimidade, um voto de saudação pelas suas rápidas melhoras na sequência de um acidente do qual foi vítima, o qual gostaria de agradecer referindo que era nestas alturas que se conhecem os amigos e as pessoas que nos estimam, e que, apesar de não ser natural da ilha de S. Jorge, residia na mesma havia já alguns anos e tinha sido muito bem tratada e acarinhada durante o período de recuperação tendo ficado muito agradada pelo facto da Assembleia Municipal evidenciar o lado afectivo e fraternal para com os elementos que a compunham o que demonstrava a humanidade e solidariedade deste organismo. -----

----- Na sequência deste seu agradecimento, lembrou ao senhor Presidente da Câmara a necessidade de manutenção e conservação dos edifícios do primeiro ciclo da educação pré-escolar, mencionando o aparente desleixo ou esquecimento principalmente no que se referia à Escola da Beira cujo tecto apresentava buracos com alguma dimensão, que constituía perigo de desabamento, sendo um risco para as crianças que frequentavam e professores que leccionavam naquela escola. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à senhora Deputada Maria da Luz que trouxe à consideração da Assembleia a recolha do lixo no concelho dizendo que, quanto a esta matéria, e não obstante esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

assunto não ser novo perante a Assembleia, e ter tomado conhecimento de que, na primeira reunião de Câmara do mês de Abril, a mesma deliberou fazer uma recomendação à empresa que presta este serviço, a verdade era que os contentores de lixo continuavam a ser atirados sem qualquer cuidado, partindo tampas e pegas e eram abandonados no meio dos passeios verificando-se uma enorme falta de cuidado quanto ao tratamento dos contentores. -----

----- Questionava então se os contentores que foram inicialmente distribuídos pela Câmara, forem destruídos ou se extraviem, e houver necessidade de solicitar novo contentor, se os mesmos terão de ser adquiridos e pagos pelo Município. -----

----- Independentemente disso, considerou que se houvesse um pouco mais de cuidado no manuseamento dos contentores seria uma forma de evitar mais gastos e impediria que os mesmos se apresentassem no estado em que se encontram. -----

----- Acrescentou que teve conhecimento pessoal de contentores que por não terem tampa, nos dias de chuva, transbordam vertendo sobre o passeio o lixo. -----

----- Um outro assunto quês a senhora deputada municipal alertou foi para o estado da Rua do Pertinho, na Queimada, ou seja o caminho que vai do Bar Luz até ao Pertinho. Referiu que o senhor Presidente disse que o mesmo seria arranjado, mas o que se verificava era que o caminho continuava cheio de buracos e que os veículos tinham imensa dificuldade em circular naquela via. -----

----- A palavra foi dada pelo senhor Presidente da Assembleia ao senhor Presidente da Câmara a fim de dar resposta às questões colocadas pelas senhoras deputadas municipais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara mencionou que, no que se referia ao Caminho do Bar Luz, haviam sido iniciados na véspera os trabalhos e colocara-se material para prosseguir com os mesmos, embora ainda não tivessem concluídos, concluindo que não seria possível colocar, para já, um novo tapete, mas que o caminho ficaria transitável. -----

----- Quanto aos contentores de lixo referiu que a recomendação foi feita, tendo inclusivamente falado com o Engenheiro responsável, todavia reconheceu que não estava a ser feito um manuseamento correcto dos mesmos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- *Relativamente ao edifício do pré-escolar da Beira, concordou que a situação era de facto a descrita e assegurou que seria analisada convenientemente.* -----

----- *Pediu a palavra o senhor deputado Mark Marques para manifestar uma preocupação e fazer um comentário/sugestão. Quanto à preocupação, prendia-se com a situação do abastecimento de água que estava a ser feito na freguesia do Norte Grande, através de um tanque de mil litros, semelhante ao que os agricultores utilizavam nas pick-ups com gradeamento de ferro por fora, e que se apresentava bastante degradado, desconhecendo se o abastecimento às Velas seria feito através desse sistema, mas, certamente, o abastecimento à Ribeira da Areia seria efectuado desse modo e trouxe fotografias para ilustrar a sua preocupação não só com a proximidade do Verão e a possível falta de água, como pelas condições de higiene e salubridade em que o abastecimento era feito.* -----

----- *Quanto ao comentário referia-se aos Projectos para a Baía de João Câncio, congratulando-se pela apresentação que fora feita durante as Festas de São Jorge e referindo ainda que fora com alguma estranheza que as pessoas ouvirem os arquitectos convidados da ilha Terceira referirem-se que o acesso seria feito da Baía à cidade e da cidade à Baía.* -----

----- *Considerou ainda que o Projecto apresentado pelo nosso conterrâneo arquitecto André Rodrigues continha elementos muito interessantes, para a intervenção naquela frente de mar, tendo em conta que falamos ainda de uma Vila, sugerindo que a Câmara adquirisse o Projecto pois o mesmo deveria servir de referência para o futuro.* -----

----- *Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que agradeceu a sugestão e concordou com a apreciação feita ao Projecto do arquitecto André Rodrigues.* ----

----- *Todavia referiu que faltava ainda a apresentação de um projecto, que iria ser feita no Auditório, e que, posteriormente a isso, haveria ainda um período de discussão pública de todas as Propostas.* -----

----- *No que se referia à situação do tanque que abastecia a Ribeira da Areia, referiu ter conhecimento da situação, através do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Norte Grande, não obstante, como se podia constatar, ainda não fora*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

solucionado esse problema, estando a envidar esforços para que, até ao Verão fosse possível resolvê-lo. -----

----- Seguidamente, pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira cuja intervenção se relacionou também com os Projectos para a Baía de João Cãncio, referindo que os três apresentados e o que estava concluído e que seria apresentado no Auditório Municipal, projecto esse que era da autoria do Arquitecto Municipal referindo que, quanto aos Projectos já apresentados questionava se os mesmos haviam tido algum custo para o Município, e em caso afirmativo, qual fora o custo de cada um. -----

----- Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Luís Silveira, respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que o Município não suportou qualquer custo com os Projectos apresentados. -----

----- De seguida o senhor presidente da Assembleia perguntou aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia se pretendiam intervir naquele período para o qual se encontravam abertas inscrições. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, senhor Amaro Soares, que referiu que o Parque de Campismo da Urzelina se encontrava em funcionamento, questionando de seguida o senhor Presidente da Câmara a propósito do início dos trabalhos do Campo de Jogos da Urzelina. -----

----- Em resposta a esta questão o senhor Presidente da Câmara disse que, por sua vontade, os trabalhos podiam ter início já no dia de amanhã, porém, e não sendo tal possível, os trabalhos arrancariam muito em breve. -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina para dizer que, no que respeitava ao Projecto do Cemitério da Urzelina, confirmava estar na sua posse e corresponder ao que tinha sido solicitado. -----

----- Aproveitando o ensejo, e o facto de esta Assembleia estar a ser transmitida em directo na rádio, divulgou à população que a Junta estava em negociação com os proprietários dos terrenos contíguos ao cemitério, com o fim de proceder à legalização do terreno e depois proceder à obra já projectada. -----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia das Velas, senhor Paulo Silveira, que colocou a questão em relação ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Protocolo assinado com a Junta para cedência de novecentos litros de gásóleo e um trabalhador, querendo saber qual o ponto de situação relativamente à efectivação prática do protocolo, na medida em que a Freguesia das Velas, a 18 de Abril, devolveu os documentos necessários e que reflectem a aceitação quer do Executivo quer da Assembleia de Freguesia. Fundamentou esta questão no facto da roça dos caminhos, que são da competência do Município, não ser efectuada e o facto da Junta, sem a concretização do Protocolo, não poder, por sua iniciativa ter qualquer iniciativa relativamente aos mesmos. -----

----- Também questionou o senhor Presidente da Câmara em relação ao Protocolo que previa a transferência de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) para a Freguesia e que, até essa data, ainda não fora cumprido pela Câmara, referindo-se também que a manutenção da freguesia nestas circunstâncias estava sendo extremamente complicada. -----

----- Relativamente à retroscavadora que fora disponibilizada pela Câmara para ensaibramento dos caminhos da Freguesia, questionou quando estaria a mesma disponível para a Freguesia das Velas de forma a concluir o ensaibramento. -----

----- Colocou uma terceira questão relativa à presença de um topógrafo junto ao Jardim da República, tendo sido abordado sobre a finalidade do levantamento que estava a ser feito e que entidade teria solicitado o mesmo. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, respondendo à última questão colocada, referiu que o topógrafo estava a fazer o levantamento do Jardim da República ao serviço do senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, pelo que os custos com esse serviço corriam por conta daquele, esclarecendo que, numa das visitas à ilha de São Jorge, o senhor Presidente do Governo Regional referiu que gostaria de brindar os velenses com um projecto para embelezamento do Jardim Municipal. -----

----- Quanto à retroscavadora, informou que a mesma estava à disposição de todas as Freguesias, mas não podia estar em simultâneo nas seis freguesias pelo que teriam de aguardar que o serviço estivesse terminado numa para depois avançar para a seguinte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Quanto ao Protocolo do gásóleo, informou ainda não estar resolvido mas logo que fosse possível seria comunicado à Junta, referindo-se à consciência que tinha das dificuldades que as Juntas estavam a atravessar, mas que também era necessário ter em conta as dificuldades do Município. -----

----- Foi seguidamente dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia dos Rosais, senhor Luís Silveira, que questionou o senhor Presidente relativamente a duas obras na Freguesia, mais concretamente à obra do Edifício Sol e ao Caminho da Fajã de João Dias, referindo que ambas as obras foram iniciadas pelo Executivo anterior, que se encontravam ambas executadas em cerca de 50 % dos trabalhos previstos e que o actual Executivo, após a sua entrada, há cerca de dezoito meses atrás, mandou suspender. No que concerne ao Edifício Sol, disse que o mesmo foi adjudicado pelo valor de € 800.000,00 (oitocentos mil euros) e que a Câmara Municipal, após a suspensão da obra, chegou a um consenso com o empreiteiro, tendo pago € 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil euros), alertando para o facto da obra ter ferro exposto e estar a degradar-se a cada dia que passa e o senhor Presidente da Câmara tinha vindo a dizer, em Assembleia após Assembleia, em reunião após reunião, que a obra iria avançar para breve mas, todavia, passaram-se já dezoito meses e a obra não foi concluída por inoperância deste Executivo. -----

----- Referiu ainda que o Governo Regional dos Açores e o senhor Manuel Silveira, actual Presidente de Câmara, mas ainda nas suas vestes de Deputado Regional, a pedido do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Rosais, contactaram alguns dos Secretários Regionais, em Plenário na Horta, para financiarem parte daquela obra. O Governo comprometeu-se com o financiamento de sensivelmente 50% do valor total, ou seja, entre quatrocentos a quinhentos mil euros. -----

----- Continuando, disse o senhor deputado Municipal Luís Silveira que o Governo, nas suas duas últimas visitas oficiais a São Jorge, e no seu comunicado após a visita, manifestou, por escrito, a sua disponibilidade em colaborar para que fosse concluída aquela obra. -----

----- Assim, considerando a profunda crise em que se encontrava mergulhado o país e os reflexos da mesma no sector da construção civil, já que se encontravam muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

empregueiros à beira da falência por falta de obras, com o conseqüente despedimento de inúmeros trabalhadores, não se concluir uma obra que iria custar mais cerca de meio milhão de euros e que não só asseguraria postos de trabalho durante a sua execução como posteriormente, apenas pela inoperância da Câmara era inadmissível, na opinião do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Resais. -----

----- Concluindo, perguntou ao senhor Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação daquela obra. -----

----- Quanto ao Caminho da Fajã de João Dias, mencionou que o senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso perante a população que no primeiro Domingo de Agosto deste ano, o caminho estaria concluído e que poderíamos ir de carro às festas daquela Fajã. Na sequência deste compromisso e volvidos que se encontram dezoito meses desde a suspensão, sem que tenham sido retomados os trabalhos, questionou o senhor Presidente para quando o seu reinício ou se, pelo contrário, não iria ser concluída esta obra. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, intervindo, respondeu às questões que lhe foram colocadas nos termos seguintes: -----

----- Quanto ao Caminho da Fajã de João Dias, disse continuar a acreditar que iria ser feito e que, provavelmente em Agosto, poderiam ir à Fajã de carro. -----

----- Relativamente ao Edifício Sol, reconheceu que a situação era um pouco mais complicada, uma vez que existia um problema com o Tribunal de Contas e, bem assim, com o Plano Director Municipal, entre outros. -----

----- Reconheceu ainda que houve compromissos por parte do Governo Regional e que lhe fora comunicado estarem disponíveis para entrega cinquenta por cento das verbas, ou seja, cerca de duzentos mil euros previstos para o ano de 2011, sendo os restantes previsivelmente disponibilizados em 2012, tendo afirmado que a Câmara tinha todo o interesse em receber essas verbas, todavia, o que não podia fazer era retomar uma obra que se encontrava ferida de ilegalidade. Resumindo, enquanto a situação se mantivesse nesses termos, as obras do Edifício Sol não iriam ser retomadas. -----

----- Seguidamente, retomou a palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira para referir que a imagem de ilegalidade que o senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

pretendia associar ao Edifício Sol, não era correcta porque o Edifício Sol, prosseguiu, contrariamente ao que foi referido, não tem qualquer problema com o Tribunal de Contas. Referiu que, no início da obra, foram, de facto, pedidos vários esclarecimentos pelo Tribunal, mais propriamente sobre a forma como a obra iria ser financiada, uma vez que envolvia quer a Câmara Municipal quer diversas Secretarias do Governo Regional e seria executado através da empresa municipal Terra de Fajãs, S.A., concluindo que o que ele pretendia ao fim e ao cabo ver esclarecido era como a situação de um edifício que iria ser pertença da Junta de Freguesia dos Resais, dos Escuteiros dos Resais e da Casa do Povo e financiado pela Câmara e por três departamentos do Governo Regional dos Açores, iria ser enquadrada em termos legais. -----

----- Continuou no uso da palavra o mesmo senhor deputado municipal tendo afirmado que o Tribunal de Contas nunca mandara parar a obra do Edifício Sol, nem ordenado que a mesma não fosse executada pelo que só pertenceu ao Executivo actual a decisão de mandar parar quer a obra do Edifício Sol, como a do Caminho de João Dias, do Caminho de Vasco Martins, do Portinho da Queimada, assim como a obra do senhor Carlos Martinho, ou seja todas as obras que estavam em curso neste Concelho, acrescentando que a única obra que tinha conhecimento que foi "travada" pelo Tribunal de Contas foi a única obra adjudicada pelo actual Executivo: a obra do Campo de Futebol da Urzelina. -----

----- Referiu finalmente que, em suma, a ineficácia residia na Câmara, que se escudava no Tribunal de Contas para não ter qualquer iniciativa de lançar o concurso para que a obra pudesse avançar e para se recusar a admitir que foi uma má política ter mandado parar a mesma e que para a retomar, tendo em conta o avançado estado de degradação em que esta se encontrava, iria custar mais uns milhares de euros. -----

----- Informou também que, relativamente às verbas destinadas aos Escuteiros, já estavam em D. Jorge, e que os escuteiros já haviam assinado Protocolo com a Secretaria, acrescentando que o Protocolo referente à Junta dos Resais já estava na posse do senhor Presidente da Câmara há mais de um ano, sem que se soubesse se já tinha ou não sido assinado, sendo que este representava aproximadamente cem mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

euros, pelo que, concluindo, mencionou que o Governo Regional tinha sido correcto e tinha cumprido com os compromissos que assumira. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, de seguida, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder ao senhor deputado Luís Silveira. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, em primeiro lugar, agradeceu a preocupação demonstrada pelo senhor Presidente da Junta com a Freguesia dos Resais, e referiu que o Edifício Sol estava a ser uma novela longa, assegurando que, tão rapidamente quanto possível, as obras seriam reiniciadas, dizendo que o novo executivo não tinha qualquer prazer em mandar parar obras e que todas as que foram suspensas o foram com base na lei. Reconheceu a existência das verbas referidas mas referiu que a sua preocupação era evitar a necessidade de suspender novamente os trabalhos, pelo que, ao avançar, só o faria após ter segurança de que tal situação não se verificaria. -----

----- Posto isto foi dada a palavra ao deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia da Urzelina, senhor Amaro Soares. -----

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, disse que tendo em conta que o topógrafo que estava a fazer o levantamento do Jardim Municipal, conforme resposta dada anteriormente à pergunta do senhor Presidente da Junta de Freguesia das Velas, o estava a fazer por conta do Governo Regional, e na sequência de ofício remetido por aquela Junta a pedir apoio para realização do levantamento do Parque de Campismo da Urzelina ao qual a Câmara respondeu que não tinha disponibilidade financeira para colaborar, deveria o senhor Presidente da Câmara pedir ao Governo Regional que autorizasse o técnico a fazer aquele serviço também. -----

----- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara convidou o senhor Presidente da Junta para que, em conjunto, solicitassem a disponibilização do topógrafo por parte do Governo Regional. -----

----- Não havendo mais intervenções neste período, o senhor Presidente da Assembleia determinou que se fizesse um intervalo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Retomados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período da ordem do dia, solicitando ao senhor Secretário que, nos termos regimentais, lesse a convocatória. -----

----- Após a leitura da convocatória, o senhor Presidente da Assembleia referiu que existiria mais um ponto cujo conteúdo seria a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e do seu substituto, que também teria de ser um Presidente de Junta, para participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, juntamente com dois elementos que tinham assento directo, que eram o senhor Presidente da Câmara, ou o seu substituto, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou o seu substituto. -----

----- Foi proposto pelo senhor Presidente da Assembleia que antes de se debaterem os pontos da ordem de trabalho se procedesse à eleição referida o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Foram distribuídos 21 boletins de voto. De seguida, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Secretário da Mesa que fizesse a chamada, encontrando-se presentes António Frederico Correia Maciel, Mark Silveira Marques, Maria de Fátima da Silveira, Ana Maria Fagundes Pereira, Abel Jorge, Maria da Luz, Margarida Augusta, António Oldemiro, Rui Miguel, José Luís, João Ponte, Carlos Jorge, Paula Amarante, Susana, Vasco Matos, Dário Almada, Luís Virgílio, Maria das Neves, Amaro Soares, Paulo Silveira. -----

----- Feita a votação procedeu-se à contagem dos votos tendo resultado como Presidente eleito pela Assembleia para participar no XIX Congresso da Associação de Municípios Portugueses, como efectivo, o Presidente da Junta de Freguesia das Velas, com oito votos, e como suplente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina. -----

----- Assim, a votação foi dada por concluída. -----

----- Posto isto, passou-se à discussão do ponto um da ordem de trabalhos da Assembleia: informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e), do n.º 1, do art.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para explicar o conteúdo da sua informação escrita, tendo o senhor Presidente da Câmara referido em síntese os pontos sobre que versava a sua informação e que foram os seguintes: actividades municipais, empreitadas e obras por administração directa, reuniões do executivo, situação financeira do Município, execução orçamental, quadros e mapas, processos judiciais pendentes e o sector empresarial municipal - Velasfuture, E.F.M. e Terra de Fajãs, S.A., tendo-se seguidamente colocado à disposição da Assembleia para qualquer esclarecimento tido por conveniente. -----

----- Inscreveram-se os senhores deputados Luís Silveira, Mark Marques, a senhora deputada Fátima Silveira e o senhor deputado Frederico Maciel. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Luís Silveira que questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente às conclusões tiradas da reunião que o executivo teve na ilha de Pico, cujo assunto versava os transportes marítimos, e da reunião mantida com alguns membros do Governo Regional, na ilha de Faial, cujo tema fora a situação financeira do Município e outros assuntos de interesse para o Concelho. Ainda quanto aos processos pendentes, solicitou esclarecimentos sobre o valor da acção intentada pelo senhor Carlos Martinho contra o Município e qual o ponto de situação relativamente aos pareceres pedidos. -----

----- Perguntou ainda se, caso viesse a ser necessário indemnizar o senhor Carlos Martinho, quem iria suportar esses valores. -----

----- Foram também pedidos esclarecimentos quanto ao processo da Malha Cinzenta e referidos desenvolvimentos, questionando novamente quem teria de indemnizar a empresa, tendo em conta que o valor indicado na acção era de € 1.280.000,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil euros). -----

----- Quanto ao sector empresarial municipal, mais concretamente, quanto à Velasfuture, E.F.M., questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a efectivação dos pagamentos às artesãs que forneciam a Loja de Artesanato. -----

----- Prossequindo, e já a propósito dos documentos que reflectiam a situação financeira do Município, referiu que os mesmos não iam de encontro ao discurso do senhor Vice-Presidente do Governo Regional, aquando da sua visita às Velas, durante as Festas de S. Jorge, onde afirmara que o executivo actual, ao longo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

dezoito meses de mandato, teria criado as condições necessárias para que o Município das Velas recuperasse o equilíbrio financeiro e que, nesse período, teriam sido regularizadas as dívidas quer a fornecedores quer a empresas terceiras, tendo ainda dito que a Câmara Municipal das Velas era uma das mais estáveis ao nível da Região Autónoma, não necessitando de qualquer ajuda externa em termos financeiros, acrescentando que, em suma, o senhor Vice-Presidente do Governo Regional havia dito que a Câmara Municipal das Velas vinha sendo acompanhada de perto pelo Governo e se encontrava em condições de lançar as obras a que se tinha proposto. -----

----- O senhor deputado Luís Silveira frisou ainda em concreto que na informação dada pelo senhor Presidente da Câmara, constava uma dívida a fornecedores é de € 1.429.386,83 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos), acrescentando que a Câmara, em resposta a um requerimento da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, informara que, em 31 de Outubro de 2009, as dívidas a fornecedores eram na ordem dos € 2.363.000,99 (dois milhões trezentos e sessenta e três mil euros e noventa e nove cêntimos). Ora, contabilizando a actual dívida a fornecedores de € 1.429.386,83 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos) datada de 18 de Abril, e somando a esse valor o que foi pago aos fornecedores, na ordem dos € 600.000,00 (seiscentos mil euros), com dinheiro adiantado pelo Governo Regional, a título de empréstimo, a dívida a fornecedores seria de € 2.029.000,00 (dois milhões e vinte e nove mil euros), concluindo-se que em ano e meio de gestão do actual executivo apenas fora abatido € 344.201,33 (trezentos e quatro mil duzentos e um euros e trinta e três cêntimos). -----

----- Assim, prosseguiu o senhor deputado municipal Luís Silveira, as contas datadas de 18 de Abril, estavam, portanto, em desconformidade com o discurso proferido pelo senhor Vice-Presidente do Governo Regional em 23 de Abril, terminando pedindo esclarecimentos e explicações ao senhor Presidente da Câmara sobre que informações teriam sido transmitidas ao senhor Vice-Presidente que justificaram o discurso proferido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em resposta ao senhor deputado Luís Silveira, disse que relativamente à deslocação à ilha do Pico, fora o senhor Presidente da Câmara acompanhado do senhor Vereador Amaro Filipe Tavares Azevedo e do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que a mesma fora motivada pela falha existente nas ligações marítimas do Triângulo, sentida de igual modo no Concelho de São Roque do Pico, constituindo assim uma preocupação comum à Câmara das Velas e à Câmara de São Roque. Acrescentou ainda que o acompanhou ainda um empresário do concelho das Velas que estaria interessado em adquirir um barco para assegurar a ligação inter-ilhas e que teria ficado programado o agendamento de uma reunião com o Secretário Regional da Economia para estudarem a viabilidade desta situação, uma vez que era impossível às autarquias suportarem por si só os custos mensais desse serviço que se situava entre os € 20.000,00 (vinte mil euros) e os € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), não tendo sido ainda possível a concretização da reunião com o senhor Secretário Regional da Economia. -----

----- Quanto à reunião que decorrerá na ilha de Faial, com a senhora Secretária Regional da Educação, com o senhor Secretário Regional da Agricultura, e com outros senhores Secretários Regionais que se mostraram disponíveis na altura, o maior destaque iria para o assunto debatido com a senhora Secretária da Educação e que teve a ver com a situação da Escola Profissional das Velas e os pagamentos em falta à empresa Castanheira & Soares, Lda, referindo que o maior problema desta Escola, neste momento, era uma dívida no valor de € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros), acrescida de juros, o que perfuzia um valor de cerca de € 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil euros), sendo proposto à senhora Secretária Regional que o Governo Regional assumisse a Escola Profissional porque estava entre as suas competências a defesa da educação a nível regional. -----

----- Esclareceu que a proposta referida implicava que o governo se tornasse proprietário da Escola, assegurando o pagamento das dívidas relacionadas com a mesma e garantindo que esta continuaria a funcionar nos mesmos moldes, tendo a senhora Secretária Regional se comprometido a apresentar esta situação ao senhor Presidente do Governo Regional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Quanto à reunião com o senhor Secretário da Agricultura, informou terem sido debatidos vários temas como a questão dos coelhos e dos pagamentos de leite aos agricultores.

----- Relativamente ao discurso proferido pelo senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, o senhor Presidente da Câmara referiu que ele, melhor do que qualquer Secretário tem conhecimento da realidade do concelho das Velas, aliás porque tem pessoalmente acompanhado a situação da Escola Profissional, desconhecendo em que elementos se baseou e remetendo para o próprio a responsabilidade sobre as palavras proferidas, que não correspondiam ao que o executivo lhe transmitiu. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques que lamentou a postura adoptada pelo senhor Presidente da Câmara face aos factos apresentados pelo senhor deputado Luís Silveira, referindo que não houve de facto qualquer reorganização no Município das Velas desde a tomada de posse do actual executivo, mas houve sim estagnação e que era inadmissível politicamente a situação apresentada, ainda mais porque o senhor Presidente da Câmara não subscreve o que disse o senhor Vice-Presidente e refere que deverá ser o próprio a esclarecer em que se baseou para fundamentar o seu discurso. -----

----- Posto isto, foi dada a palavra à senhora deputada Fátima Silveira que, na sequência das declarações do senhor deputado Luís Silveira, a propósito do Edifício Sol, interveio referindo que era urgente a Câmara Municipal encetar todas as diligências necessárias para poderem receber as verbas disponíveis por parte do Governo Regional, e impedir que a freguesia dos Resais ficasse condenada a ter um mamarracho de cimento que foi construído com o dinheiro de todos os Municípios. -----

----- Em resposta à anterior intervenção o senhor Presidente disse que a intenção da Câmara era arrancar com a obra o mais rápido possível e que, comprovando essa intenção, tinham sido dados vários passos como por exemplo a apresentação da candidatura para a Junta de Freguesia, referindo que nem sempre a celeridade dos procedimentos era a desejada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal Frederico Maciel dirigindo ao senhor Presidente da Câmara várias questões relacionadas com a Escola Profissional, uma vez que esse problema se colocava muito para além das falhas de funcionamento da perspectiva financeira e devia ser uma preocupação para todos e, aproveitando o facto do senhor Presidente da Câmara ser também o Presidente da Associação de Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge, proprietária da Escola Profissional, começou por questionar a forma como estariam assegurados os pagamentos relativos a remunerações não cobertas pelos Fundos Comunitários, e que resposta se poderia dar a uma situação dessas se eventualmente acontecesse também relativamente à empresa "Quinta da Atafona", constituída este ano já que gostaria de ver esclarecida a situação de, no âmbito do Concurso de Gastronomia, as facturas serem passadas do Restaurante em nome da "Quinta da Atafona", questionando sobre o ponto de situação em relação àquela empresa. -----

----- Ainda quanto à reunião havida em 4 e 5 de Janeiro de 2011 com o senhor Vice-Presidente do Governo Regional, pretendia saber que decisões foram tomadas pelo executivo na sequência das orientações traçadas nessa mesma reunião. -----

----- Prossequindo, fez também referência às questões colocadas aquando da aprovação do Plano e Orçamento para o ano de 2011, em relação à listagem de verbas que seriam provenientes do Governo Regional, e que haviam sido especificadas pelo senhor Presidente da Câmara, pretendendo saber qual a situação corrente uma vez que nenhuma dessas verbas já haviam sido dadas como cobradas nos documentos apresentados a esta Assembleia. -----

----- Foi dada palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em resposta às questões que lhe foram colocadas, respondeu que a situação financeira da Escola Profissional era de conhecimento geral e existia uma dívida à Castanheira & Soares, para além de dois factorings de valor elevado. -----

----- Quanto às remunerações de professores e funcionários esclareceu o senhor Presidente da Câmara que as mesmas estavam em dia, embora não tivessem ainda sido regularizados os pagamentos das bolsas dos alunos, comunicando que havia sido apresentada mais uma demissão na Direcção da Escola Profissional pelo que a mesma, não funcionando com apenas dois elementos, iria realizar eleições em breve. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Informou também que, relativamente aos ordenados de dois dos directores da Escola, eles estavam acima daquilo que era pago pela União Europeia, e que tais directores já haviam sido informados que essa situação não poderia prolongar-se no tempo, devendo estar resolvida até ao final do ano lectivo em curso, reduzindo-se as suas remunerações para os valores de referência da União Europeia. -----

----- Quanto à "Quinta da Atafona" disse que a mesma se encontrava em condições de ser extinta aguardando-se apenas a eleição do novo membro da Direcção da Escola para se avançar com a referida extinção. -----

----- No que se referia às verbas asseguradas ao Município das Velas pelo Governo Regional, informou corresponder à verdade que até àquela data não ter sido disponibilizado qualquer valor, mas assegurou ter esperança que algum daquele valor iria vir para o Município das Velas. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado Luís Silveira que, intervindo, comunicou que parte das questões que colocara não haviam obtido resposta, dizendo que o facto das remunerações de dois dos membros do Conselho de Administração da Escola Profissional estarem acima dos valores pagos pelo Fundo Social Europeu era uma questão ambígua e complexa, pois existia um despacho assinado pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor ex Vice-Presidente demissionário, Eng.º Luís Oliveira, que dizia claramente que os dois senhores em causa ganhariam o ordenado que estão a ganhar, pelo que, considerou incorrecto que, tendo contratado aquelas pessoas e acordado determinado valor de acordo com o exercício das funções em causa que viesse o mesmo senhor presidente, passado um ano, impor a redução do valor sem mais. -----

----- Mais disse que fora o senhor Presidente a entregar à Comissão um documento, datado de 5 de Janeiro de 2010, que estava assinado por membros da Direcção, que eram apenas o senhor Presidente da Câmara e ex Vice-Presidente demissionário, e não por todos os membros da Direcção da altura, dizendo que os membros da Direcção da Escola receberiam aqueles valores, concluindo que o erro foi da Câmara Municipal ao contratualizar um valor muito acima do que era suportado pelo Fundo Social Europeu, considerando não ser de bom-tom agora, unilateralmente, alterarem o que foi de início acordado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Prosseguindo, pediu que o senhor Presidente da Câmara que respondesse, em concreto, às questões que havia colocado anteriormente e que se relacionavam com o processo de Carlos Martinho e com o processo da "Malha Cinzenta", cujo valor da acção era de € 1.280.000,00 (um milhão duzentos e oitenta mil euros), acrescentando que também em relação às artesãs da Velas futuro, gostaria de ficar esclarecido se o material que elas venderam fora ou não pago às mesmas. -----

----- Acrescentou ainda que, quanto ao assunto debatido na reunião que o executivo teve no Pico, e embora o senhor Presidente da Câmara tenha informado que nada está decidido, uma vez que não foi possível reunir com o senhor Secretário da Economia, o armador disse ter conhecimento de que o Governo Regional não tinha intenção de avançar com essa contratação, tendo informado que até já tinha abdicado da embarcação uma vez que esse era um projecto que caíra por terra. Nesse sentido pediu que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse qual a situação actual. -----

----- Foi dada palavra ao senhor Presidente da Câmara que, por sua vez, autorizou, com a anuência do senhor presidente da Assembleia Municipal, o Vereador Amaro Filipe Tavares Azevedo a prestar os esclarecimentos necessários relativamente à questão dos transportes marítimos. -----

----- Usando da palavra, o Vereador Amaro Azevedo disse ter encontrado o senhor Secretário Regional numa das viagens que fizera à ilha Terceira e ter falado sobre o assunto com o mesmo, tendo-lhe o senhor Secretário transmitido que o serviço de transportes inter ilhas era um serviço público assegurado pelo Governo Regional, não sendo possível, em paralelo, estar a patrocinar uma empresa privada para o mesmo fim e que os transportes no Canal Pico São Jorge seriam assegurados. Em conclusão referiu que foi ele próprio a informar o armador do que o senhor Secretário Regional lhe comunicara. -----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia interveio solicitando que se esclarecesse se houve alguma comunicação oficial sobre estas resoluções ou se ainda era um assunto em aberto. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse não ter qualquer documento oficial, nem ter havido qualquer comunicação escrita por parte do senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Secretário Regional sobre esta questão, considerando que não se encontrava ainda esgotada a hipótese de um empresário de S. Jorge fazer o transporte. -----

----- Quanto aos pagamentos às artesãs, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que já haviam sido pagos alguns valores mas não ter sido possível regularizar todas as situações pendentes. -----

----- Relativamente aos processos pendentes, o senhor Presidente da Câmara informou que o Município tinha entregue o caso a uns advogados continuando a aguardar o Parecer do JNAC, que, sendo favorável, permitiria reduzir os valores da indemnização pedida. -----

----- Em relação à "Malha Cinzenta" disse que também o caso se encontrava na mão dos advogados e que nenhum valor seria pago de ânimo leve, havendo negociação dos valores em causa. -----

----- Não havendo mais inscritos para este ponto da ordem de trabalhos, foi o mesmo dado por encerrado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos que versava a moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre o Parque de Armazenamento de Combustíveis nas Velas e respectivo Relatório. -----

----- Sobre esta questão, referiu o senhor Presidente da Assembleia que a mesma constava da ordem de trabalhos da última sessão da Assembleia e que o Grupo Municipal do Partido Socialista proporia a criação de uma Comissão composta por 4 elementos do PS, 2 elementos do PSD e 1 elemento do CDS-PP para que se fizesse uma análise do documento e que a referida Comissão ficasse incumbida de apurar as implicações da localização do Parque no sítio indicado face ao PDM, à legislação ambiental, condicionamentos de construção em área de jurisdição marítima, distanciamento obrigatório de habitações para construções dessa natureza e demais legislação aplicável e também a obtenção de pareceres da Direcção Regional de Ambiente, Comissão de Análise de Projectos da Câmara Municipal das Velas e Autoridades Marítimas. Mais referiu que foi recebida correspondência remetida pela Junta de Freguesia das Velas onde se informava a decisão daquela Junta, e da sua respectiva Assembleia de Freguesia, sobre esta matéria, elemento este a que acresce a intervenção inicialmente feita por um dos elementos do público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que assistiu à sessão. Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Relator da Comissão Eventual que lesse o Parecer produzido por aquela Comissão. -----

----- Pediu então a palavra o senhor deputado Mark Marques para referir que, conforme tinha previsto, entre a intervenção do participante nesta Assembleia a propósito deste assunto e a discussão desse ponto na sequência da ordem de trabalhos decorreram três horas. -----

----- Foi seguidamente dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção do senhor deputado classificando-a como em tom de provocação, porque não chegaram a ser três horas, uma vez que houvera um intervalo de 35 minutos e que a Assembleia era um órgão que exigia respeito e que não funcionava contra-relógio, sendo os temas analisados durante o tempo necessário de acordo com a complexidade de cada matéria. -----

----- Posto isso, o senhor Relator passou à leitura do Parecer da Comissão. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de debate da proposta de moção e do respectivo relatório da Comissão. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado municipal Mark Marques que, na qualidade de proponente da moção em causa, do grupo Municipal do PSD, começou por dizer que não faria uma leitura na íntegra da moção em análise mas apenas uma breve abordagem ao tema, procedendo ao enquadramento de todo o processo e apresentando os pontos fundamentais da moção. -----

----- Referiu que a problemática da localização do Parque de Combustíveis Entre-Morros iniciou-se com um despacho de 4 de Outubro de 2010, em que a Câmara, tendo por base o estudo prévio apresentado pelas empresas mencionadas no Relatório, concordava com a localização pretendida. -----

----- Prosseguindo, disse que no dia 21 de Fevereiro de 2011 o Grupo Municipal apresentou à Assembleia uma moção onde essa situação vinha referida, dizendo que o grupo estava contra a localização do parque de combustíveis na zona de Entre-Morros, porque considerava ser complicado ter um oleoduto ou pipeline a atravessar a vila, conjugado com um Parque Entre Morros que iria ocupar uma área de cerca de 7500 m², onde existia uma Escola, onde se localizava o Campo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Futebol e junto a uma zona de expansão urbana. Relembrou ainda o comunicado do Governo Regional do dia 4 de Março em que o mesmo falava na atribuição de 10,5 milhões de euros para a realização de várias obras, entre as quais constava o prolongamento do cais comercial do porto das Velas de S. Jorge, o que viria de encontro à proposta apresentada pelo Grupo e rebatia um dos obstáculos apresentados pelas empresas proponentes. -----

----- Relativamente à votação do tema em debate referiu que o PSD não culpava o actual executivo pela situação em causa porque reconhecia a sua existência há muito tempo. Mais disse que a recomendação do Grupo vai no sentido do Executivo Tamarário se empenhar junto do Governo Regional e junto da Secretaria da Economia que tutela esta matéria, para que, em cumprimento do Programa de Governo, e tendo em conta a execução do prolongamento do cais, o Parque de Combustíveis fique localizado ali. -----

----- Disse compreender a posição das empresas proponentes, mas a questão do combustível era uma questão de serviço público que tinha de ser feita na ilha mas, a título de exemplo, referiu que a única empresa da EDA que dá lucro a nível Regional é a que fica localizada em S. Miguel. -----

----- De seguida procedeu à leitura da recomendação no sentido do executivo "não continuar o processo de instalação do Parque de Armazenagem de Combustíveis na zona de Entre-Morros, mas que exerça as suas influências junto do Governo Regional dos Açores para que o mesmo seja instalado junto ao porto comercial das Velas a construir". -----

----- Esclareceu que essa seria a moção a ser votada pela Assembleia. -----

----- Quanto ao relatório da Comissão, disse que, em primeiro lugar, a proposta de constituição da Comissão apresentada pelo PS fora louvável, mas que não fora cumprida na íntegra pois que ficara por analisar o impacto relativamente ao PDM, referindo ainda que, de acordo com este instrumento, a zona de Entre-Morros vinha classificada como um espaço urbanizável. -----

----- Quanto à obtenção de pareceres junto da Direcção Regional do Ambiente, o mesmo relatório era omissivo sobre informação dos mesmos terem sido ou não pedidos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Acrescentou que, na sua opinião, o Relatório constituía mais um levantamento da perspectiva dos proponentes e dos fundamentos apresentados por esses, referindo ainda que, quanto ao que havia sido dito pelos proponentes relativamente à inviabilidade de implantação do Parque de Combustíveis no cais comercial do porto das Velas, ser correcto que se tratava de um investimento insuportável para as empresas proponentes, mas que, todavia, o problema seria afastado se fosse o Governo Regional a fazer a ampliação do cais. -----

----- Quanto a prós e contras, afirmou ser certo que o combustível estaria directamente ligado ao desenvolvimento de S. Jorge e que não se poderia prescindir do mesmo, o que não aceitava era o pressuposto de que a única forma de o assegurar seria implantando o Parque na zona de Entre-Morros, como se não fosse possível qualquer outra alternativa. -----

----- Ainda quanto ao argumento da corrosão, frisou que a zona de Entre-Morros seria tão sujeita ao salitre e estaria tão exposta aos elementos como o local onde hoje estava o Parque, pelo que esse argumento também não poderia prosseguir. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal Rui Sequeira que, intervindo, solicitou à Mesa que, independentemente do resultado da votação da moção, o relatório elaborado pela Comissão fosse entregue à Câmara Municipal para que esta tivesse em conta as recomendações dele constantes, disse ainda que a Comissão agira sempre em cumprimento de decisões tomadas por unanimidade e que dela fizeram parte dois representantes do PSD tendo os mesmos concordado com o documento agora apresentado à Assembleia e com os passos que foram dados para se chegar aquelas recomendações. -----

----- Relativamente ao facto da Comissão não ter pedido os Pareceres, respondeu que não existiam documentos porque o Projecto ainda não se encontrava elaborado bem existiam memórias descritivas, nem especialidades, pelo que não havia nada de concreto para as Secretarias se pronunciarem. -----

----- Quanto à moção, concordavam que era uma preocupação de todos e que o ideal seria o Parque ficar fora do aglomerado urbano da vila das Velas, referindo no entanto que quanto a não poder ser Entre-Morros e ter de ser no cais comercial,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

como sugere a bancada do PSD, era uma sugestão que não se encontrava tecnicamente fundamentada. -----

----- Posto isto, interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarecendo que, qualquer que fosse a votação da Assembleia relativamente à moção, a mesma não seria vinculativa, pois a Assembleia Municipal não poderia impor à Câmara a implementação de qualquer obra sem que haja base legal para tanto. -----

----- Não obstante, e no seguimento do que fora solicitado à Mesa pelo senhor deputado Rui Sequeira, comunicava que quer o Relatório da Comissão, quer o documento subscrito pelos moradores da zona de Entre-Morros, iriam acompanhar toda a notícia que fosse dada à Câmara sobre resultado da votação da moção. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques que disse não concordar com a maioria das considerações tecidas pelo deputado Rui Sequeira uma vez que o Relatório também não era um estudo técnico, mas sim um relato do que fora ouvido, dos elementos que foram recolhidos, através de uma apresentação sumária do projecto de localização. Portanto, concluiu, dizendo que a proposta de localização do Parque na zona de Entre-Morros tinha tanta base técnica como a proposta de localização no cais das Velas, ou seja nenhuma. -----

----- Terminando, fez reparo ao facto da Comissão ter colocado a representação gráfica da proposta das empresas proponentes mas não terem colocado a representação gráfica da proposta apresentada pelo PSD para elucidação. -----

----- Após esta intervenção, pediu novamente a palavra o deputado municipal Rui Sequeira para dizer que o Grupo do Partido Socialista não estava interessado em que o Parque se localizasse Entre-Morros, mas que implantá-lo fora do aglomerado urbano da vila seria uma utopia, pelo que teria de ser encontrada uma solução na área da mesma. Mais referiu que o Relatório não era tendencioso e que o documento em causa fora consensual não tendo havido qualquer proposta para que se colocasse a representação gráfica da proposta do PSD. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Abel Moreira para dizer que o assunto em debate era bastante grave e difícil de resolver e prendia-se com a falta de capacidade de reserva de combustíveis para a ilha e que, nesta data, se situava nuns reduzidos catorze dias e que fora este também um dos argumentos que as empresas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Bensaúde e Monjardino quiseram transmitir aos elementos da comissão, e que, portanto, haveria a possibilidade de, em Invernos mais rigorosos se esgotar o combustível na ilha. -----

----- Continuando, e em reforço das palavras do deputado Rui Sequeira, disse que a Comissão não propôs qualquer sítio, aliás os seus elementos haviam ido ver diversas localizações, sendo que algumas delas seriam tecnicamente muito difíceis de concretizar, mas, como disse o Eng. Luís Paiva, o homem foi à Lua, pelo que quase tudo era possível havendo dinheiro. -----

----- Mais disse que deveria passar-se ao debate público do assunto uma vez que, à semelhança do que fezira a população de Entre-Morros, qualquer que fosse a localização proposta a população deveria sempre poder manifestar a sua posição, acrescentando que considerava o relatório bastante isento e que acreditava que a Câmara iria certamente acatar as recomendações dele constantes. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira começando por dizer que este era um assunto que se vinha a arrastar desde há cerca de quinze anos e que, na sua opinião, quanto mais se divagasse sem se arranjar soluções concretas para resolver o problema mais difícil seria alcançar um consenso. -----

----- Referiu que a interrupção no abastecimento de combustíveis à ilha, causada pelo mau tempo, daria origem a cortes na energia eléctrica, cortes nas comunicações e aí sim o problema seria bastante mais grave. Mais disse que poderia a Câmara fazer como Pilatos lavando as suas mãos uma vez que não era sobre a Câmara que cairia a responsabilidade de fazer o abastecimento de combustível, competindo-lhe todavia evitar que houvesse risco de falhar esse abastecimento. -----

----- Assim, o dever de garantir o abastecimento de combustíveis era do Governo Regional, da Secretaria Regional da Economia. -----

----- Mais disse que a questão podia até colocar-se noutros moldes, por exemplo colocando a hipótese do parque de combustíveis ficar no concelho da Calheta. -----

----- Prossequindo, disse que esta matéria não devia ser politizada e que nenhum dos membros da Assembleia estava em condições de dizer qual o melhor local para o parque de combustíveis, considerando que ao votar a moção agora proposta estariam a colocar a Câmara numa situação complicada pois não existiam ainda pareceres das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Secretarias e os mesmos, ao serem emitidos poderiam até ser contrários àquela, chamando ainda atenção para o facto de a lei prever que a Câmara tinha autonomia para celebrar o contrato de compra e venda do terreno em causa, tendo em conta o valor do mesmo, independentemente da posição da Assembleia e sem necessidade da aprovação desta para o efeito. -----

----- Reconhecia, no entanto, que em termos ambientais e paisagísticos poderia não ficar bem enquadrado naquela zona, mas em termos técnicos não seria possível concluir nada com os elementos disponíveis. -----

----- Considerava também que votar a favor da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD seria criar mais um problema e que deviam correr-se os termos previstos no Relatório, sendo pedidos os pareceres necessários e só então a Assembleia estaria habilitada a ter um opinião, já que, não caberia à Assembleia decidir. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado João Ponte, que disse subscrever todos os aspectos referidos pelos deputados do CDS PP, nomeadamente, sublinhando que o Relatório fora isento e não feito à medida dos proponentes como o senhor deputado Mark Marques quis fazer entender. -----

----- Quanto ao esboço que constava do Relatório, disse ter resultado da verificação "in loco" das condições do terreno e da convicção de que deslocando a implantação para Sul traria mais vantagens. -----

----- Fei de seguida dada a palavra à senhora deputada municipal Fátima Silveira que disse que o discurso do senhor deputado Mark Marques era um discurso demagógico, deixando a sensação de que se estava a cumprir a agenda política de alguém e essa não ser a missão da Assembleia, mas que a Assembleia teria por missão defender os interesses do concelho das Velas, considerando ser de muito mau gosto vir fazer política partidária para aquela sede, acrescentando que se trata de um assunto muito sério que exigia pragmatismo. -----

----- Mais disse não gostar da ideia de ter um parque de combustíveis em Entre-Merros, da mesma forma como não gostava da ideia de o ver instalado no cais, todavia nalgum lugar teria de ficar, referindo que além destas questões já aforadas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

existia o problema da segurança, uma vez que já se sabia que a seguradora apenas renovaria os seguros até 2012. -----

----- Referiu também ter conhecimento pessoal da situação em causa uma vez que era responsável pelos tanques existentes há cerca de quinze anos, afirmando que o perigo era real, acrescentando que, enquanto se debatia o problema da localização o tempo se ia esgotando e que, daqui a algum tempo, acabando os prazos para candidaturas a quadros de apoio comunitário, não seria possível exigir-se nem aos Bensaude, nem aos Monjardine que investissem aqui. -----

----- Disse ainda que a Câmara Municipal não poderia impor ao Governo a realização da obra de aumento do porto comercial das Velas, aliás porque já havia anos que essa matéria se debatia e, dado o avultado investimento que caracterizava uma obra marítima, não tinha havido qualquer desenvolvimento sobre a sua implementação. -----

----- Mais disse que o assunto em causa não deveria estar a ser discutido na Assembleia Municipal mas sim na Assembleia Regional, pois existiam deputados pela ilha de S. Jorge com assento na mesma e nunca se ouvira falar do problema da localização do parque de combustíveis. -----

----- Terminada a intervenção, o senhor Presidente da Assembleia, em cumprimento do Regimento, comunicou à Assembleia que, uma vez que era meia-noite, os trabalhos deveriam ser interrompidos ou, caso a Assembleia votasse por maioria a continuação dos trabalhos, os mesmos prosseguiriam até ao final da discussão dos pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Abel Moreira, que, a propósito do prolongamento dos trabalhos, disse que o Grupo Municipal do CDS-PP, era do entendimento de que apenas deveria ser terminada a discussão do ponto número 2, devendo ser adiada a discussão dos remanescentes para o dia seguinte. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu os presentes de que, a haver um prolongamento da sessão, a mesma teria de ser necessariamente para o dia 30 de Abril, uma vez que a lei prevê que o Relatório e Contas sejam aprovados até ao final do mês de Abril. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Mais referiu que tem havido dificuldade na calendarização das reuniões ordinárias da Assembleia Municipal, verificando-se que, neste ano, a maioria das sessões foi marcada para os últimos dias de cada mês uma vez que a Câmara Municipal só tinha disponibilizado os documentos de apresentação obrigatória, nomeadamente, Plano e Orçamento e Relatório e Contas, muito em cima da hora. Precisando, disse que os últimos documentos tinham sido entregues havia apenas oito dias. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia deu início à votação relativamente ao prolongamento da sessão até se encontrarem esgotados todos os pontos da ordem de trabalhos, tendo essa proposta sido aprovada com os votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e do PS e com os votos contra do CDS-PP.

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira para fazer uma declaração de voto, dizendo que o Grupo do CDS-PP votou contra o prolongamento dos trabalhos por considerar que, ainda estava a ser discutido o ponto dois da ordem de trabalhos, numa agenda que tinha oito pontos, pelo que ainda iriam ser discutidos assuntos de extrema importância e que já haviam passado cinco horas desde o início da sessão, acrescidos a um dia de trabalho e um dos pontos a analisar era a conta de gerência do ano 2010 do Município e da empresa Velasfuture, E. E. M., pontos esses cuja análise requeria bastante tempo e que implicavam concentração. -----

----- Na opinião deste senhor deputado municipal, o debate não devia ser apressado em relação aos pontos em falta, nem se devia dar azo à ideia de serem vencidos pelo cansaço, acrescentando, todavia, que vivendo-se em democracia e a maioria entendendo dar seguimento ao prolongamento dos trabalhos, iriam continuar a trabalhar não obstante o adiantado da hora. -----

----- Posto isso, foi dada a palavra ao deputado municipal Mark Marques que, prossequindo no debate do ponto dois, disse que, apesar de todas as críticas que foram tecidas à sua proposta, a verdade era que, se não fosse o Grupo Municipal do PSD a trazer o assunto à baila, um dia acordariam com o som de um retroescavadora e estaria consumada a localização do Parque Entre-Morros sem que sequer tivesse havido qualquer debate sobre o tema. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Depois, dirigindo-se à senhora deputada municipal Fátima Silveira disse que, ao longo da sua carreira política aprendeu que as pessoas, quando perdem os argumentos, entram nos ataques pessoais, sendo esse o caso concreto. -----

----- Considerou-se acusado de fazer agenda política com a matéria em discussão, mas disse não ser ele amigo pessoal dos proponentes e referindo-se à intervenção da deputada municipal Fátima Silveira referiu que a mesma afirmara que nem a Câmara nem a Assembleia poderiam convencer o Governo Regional a fazer fosse o que fosse em S. Jorge, perguntando-lhe se ela sabia em que Bancada estava sentada. -----

----- Continuando, referiu que a senhora deputada dizia que era em sede de Assembleia Regional que o tema teria de ser debatido, e não nesta Assembleia, e questionou porque era que então a senhora deputada, enquanto foi vereadora na Câmara Municipal não teve qualquer intervenção, acrescentando ainda que nada poderia retirar o mérito que a proposta do PSD trouxe à discussão esta matéria. ---

----- Foi dada palavra à senhora Fátima Silveira que, em resposta, disse que não correspondem à verdade as acusações que lhe eram feitas porque, em primeiro lugar, não disse que a agenda política era a do senhor deputado Mark Marques e, por outro lado, porque fazendo também parte da Comissão que elaborou o Relatório, sentiu-se ofendida, quando o senhor deputado disse que o relatório defendia a visão dos empresários. -----

----- Terminando disse que no exercício do seu cargo como Vereadora da Câmara Municipal, apesar de não ter qualquer poder, fez o que lhe era possível em relação àquele assunto, contrariamente ao deputado Municipal que, enquanto deputado Regional nunca defendeu com tanta veemência tal assunto. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira para dizer que se comprovava que o adiantado da hora fazia o debate tornar-se mais aceso e o cansaço acabava por provocar mais irritação, acrescentando ainda que o senhor deputado Mark Marques quis fazer crer a todos que fora o único preocupado com a localização do Parque na zona de Entre-Morros, mas acrescentava que se não fosse o PSD também esse assunto não se teria arrastado durante quinze anos uma vez que foi o PSD que esteve à frente da Câmara durante esses anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Mais disse que a senhora vereadora do actual Executivo, Maria Isabel Góis Teixeira, votou a favor da localização na zona de Entre-Morros e fora eleita pelo PSD. Sublinhou também o facto de o processo se encontrar parado, conforme refere o Relatório, pelo que esse aspecto está salvaguardado. -----

----- Foi dada palavra à senhora Vereadora Maria Isabel Góis Teixeira para que, em defesa da sua honra, respondesse à intervenção que foi feita, dizendo que já o tinha feito noutra sessão da Assembleia Municipal e de facto o cansaço era grande mas persistia-se em bater na mesma tecla, referindo ainda que a partir do momento em que tomou posse no executivo a sua missão era defender o concelho e não qualquer partido. Ainda durante o mandato do anterior executivo, o sítio mais provável e viável para a construção do Parque seria a zona de Entre-Morros, não se tendo colocado a questão do cais das Velas porque referiu "o mar não é nosso" e teria de ser o Governo Regional a resolver o assunto. -----

----- Terminando disse que se tratava de um problema que era necessário resolver e que a maior preocupação do anterior executivo foi tirar o parque do sítio onde ainda está instalado. -----

----- Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que a Assembleia não tinha qualquer poder de decisão sobre a matéria em causa mas que se limitava a dar uma opinião, competindo a decisão ao executivo camarário, numa pequena parte, e ao executivo regional na maior parte. -----

----- Acrescentou que a votação que saísse daquela Assembleia seria uma mera recomendação e não revestiria carácter vinculativo. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado municipal Paulo Silveira para dizer que tanto o executivo anterior como o actual já haviam percebido a urgência em resolver o problema e a necessidade de celeridade em todo o processo. Disse ainda que a responsabilidade era maioritariamente governamental e se, por um lado o anterior executivo do PSD estivera durante dezasseis anos à frente da Câmara Municipal e o problema se colocava há cerca de quinze, não era menos verdade que o Governo Regional era há já catorze anos do PS. -----

----- Referindo-se ao Relatório frisou que, relativamente ao consenso aí plasmado, seria importante referir que da sua parte e da parte do senhor deputado José Luís



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

existiram algumas reticências quanto à redacção do mesmo, tendo acabado por se manter a versão que foi trazida a esta Assembleia partindo-se do pressuposto de que a vontade manifesta dos proponentes era de facto instalar os tanques Entre-Morros pois os acessos estavam feitos e seria economicamente mais vantajosa essa localização, e, por outro lado porque o relatório se baseou numa deliberação camarária que consubstancia quase uma confissão de que seria ali a localização. -----

----- Prossequindo disse que, foi com base nesses pressupostos que se tentou enquadrar esse relatório e que, como membro da Comissão, concordava com grande parte das conclusões finais, sentindo-se na obrigação de, como eleito para defender a freguesia, levar à Assembleia de Freguesia e bem assim ao executivo da mesma, os documentos que levou. -----

----- Relativamente a este assunto disse ainda que casos em tribunal e processos para pagar já existiam quantos bastasse e que gostaria que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse se, caso a população decida avançar com processos pela perda de património que referem, quem iria indemnizar essas pessoas uma vez que naquela zona existiam casas em que o investimento fora superior a € 150.000,00 e € 200.000,00, e porque se trata da única zona de expansão que existia nas Velas. -----

----- Quanto ao porto comercial disse que, havendo vontade em D. Jorge, o Governo Regional não teria uma, mas sim duas obrigações para com a ilha: uma de aumentar o Porto comercial e, outra, de fazer o parque de combustíveis e já ia sendo tempo do Governo Regional perceber que nós é que mandamos na nossa terra. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado municipal Rui Sequeira, dirigindo-se à Assembleia para que se passasse à votação da moção sem mais delongas. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Ávila, que disse que este caso da localização do parque de combustíveis, embora com acrescida gravidade, apresentava semelhanças como caso da construção da Lota. -----

----- Referiu que em 90, era vereador, sendo Presidente da Câmara o senhor actual Presidente da Assembleia Municipal e ambos votaram contra a construção, que ainda hoje existe e que continua a ser um mamarracho e, prossequindo, disse que, passado algum tempo os senhores da Lota comunicaram que seria aquela a localização e ponto final. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----Terminando disse que este assunto que está a gerar confusão entre os partidos da assembleia pode revelar-se um debate vão pois, à semelhança do que aconteceu na lota, eles chegam e dizem é aqui e mais nada, seja lá onde for. -----

----- Posto isto, pediu a palavra o senhor deputado municipal Abel Moreira para perguntar ao senhor deputado Paulo Silveira se, ao dizer que "somos donos disto" já havia observado o actual porto de pescas. -----

----- Não havendo mais quem quisesse intervir a propósito da matéria em discussão, o senhor Presidente da Assembleia, antes de passar à votação propriamente dita, interveio dizendo que, independentemente do resultado da votação, quer o relatório da Comissão, quer o documento apresentado pelos moradores de Entre-Merros, bem como o documento onde consta a posição da Junta de Freguesia das Velas e respectiva Assembleia, iriam acompanhar o resultado e seriam entregues à Câmara para ponderação, uma vez que a deliberação em causa, como já havia sido referido, não tinham efeitos vinculativos. -----

----- De seguida foi realizada a votação da moção apresentada pelo grupo municipal do PSD, tendo a mesma sido rejeitada com 10 votos contra do PSD, 4 abstenções, uma do PS e três do CDS-PP e 6 votos a favor do PSD. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira para fazer uma declaração de voto, tendo dito que a abstenção do CDS-PP se ficou a dever ao facto da moção em causa apresentar uma localização alternativa sem todavia apresentar à Assembleia dados e pareceres que permitissem saber se a construção seria ou não possível no local proposto, ou seja, no porto comercial das Velas e que, por uma questão de coerência não apresentava argumentos para uma votação favorável por parte daquele Grupo. -----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao senhor deputado municipal Mark Marques para fazer também uma declaração de voto, tendo afirmado que o objectivo da proposta em causa havia sido alcançado no dia em que a mesma fora tornada pública, tendo vindo a votação da Assembleia Municipal, fomentando a constituição de uma Comissão. -----

----- Considerou que, apesar do resultado, a vitória iria para o debate político e para a conclusão que se poderia tirar da situação e que se resumia à inexistência até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

aquela data de qualquer base técnica para fundamentar a opção de localização seja ela na zona de Entre-Morros ou seja ela no cais, ou em qualquer outro sítio. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Ávila para fazer uma declaração de voto, dizendo que se absteve por não estar de acordo com nenhuma das localizações discutidas nesta Assembleia, acrescentando que não foram apresentadas quaisquer garantias de que, quer num sítio quer noutra, seria salvaguardada a segurança das pessoas e do ambiente, e que não lhe parecia plausível que se pretendesse colocar um pipeline a atravessar as Velas, além de que os tanques ficariam expostos à força dos elementos, nomeadamente, à maresia. -----

----- De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado Rui Sequeira para uma declaração de voto em que disse que o voto contra do PS teve por base a falta de argumentos válidos para se estar à partida a excluir qualquer localização, considerando que não se reuniam condições para votar favoravelmente a moção apresentada, reforçando ainda que, apesar de tudo, considerava que a Câmara deveria ter o Relatório em consideração e o remeter às entidades nele referidas para o mesmo efeito. -----

----- Em conclusão disse que esperava que, após quinze anos houvesse uma solução para aquele problema em prol do desenvolvimento do concelho e da ilha, com o máximo de segurança para toda a população. -----

----- Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia passou de seguida ao terceiro ponto da ordem de trabalhos: Projecto de Regulamento do Canil Municipal das Velas e estudo económico respectivo. -----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta de Regulamento, que dirigindo-se ao senhor deputado Mark Marques, disse que finalmente havia Projecto de Regulamento do Canil, por ele tão desejado. Referindo-se ao Projecto concretamente, disse que foi feito da melhor forma possível, podendo, de todo o modo, conter alguns erros. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado municipal Mark Marques para felicitar o senhor Presidente da Câmara por ter trazido o documento a esta Assembleia porque era um assunto já falado havia bastante tempo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Continuando, disse que sera na diagonal o documento e que considerava ser um bom projecto, voluntariando-se para integrar a comissão de redacção do mesmo caso viesse a ser criada, acrescentado que a Associação do Amigo Animal de S. Jorge deveria ser também chamada a participar, chamando-se a isso solidariedade democrática. -----

----- Pediu a palavra a senhora deputada municipal Maria da Luz que disse ter lido integralmente o documento e que sugeria a criação de uma comissão para análise do projecto por considerar que existem algumas coisas que têm de ser discutidas, referindo o custo de uma viatura no valor de € 45.000,00, questionando que tipo de viatura seria essa, o custo da instalação do canil no valor de € 35.000,00, sem se indicar qual a localização e que obra seria efectuada, nem se apresentando qualquer projecto. -----

----- Prosseguindo, referiu que não existir em S. Jorge um lar para os animais, à semelhança de outros sítios, para recolher os animais quando os donos fossem de férias, considerando ser uma boa opção que a obra a fazer-se contemplasse um espaço destinado a esse fim. -----

----- Foi dada palavra ao senhor deputado municipal Rui Sequeira, que começou por congratular o executivo por finalmente ter apresentado a proposta de regulamento do canil declarando concordar com a criação de uma comissão para análise do documento que deveria ser constituída com a proporção habitual de 4 membros do PS, 2 do PSD e 1 do CDS-PP. -----

----- Posto isso, e verificando-se que havia consenso quanto à criação da Comissão, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de constituição dos membros da comissão nos termos apresentados pelo senhor deputado municipal Rui Sequeira. -----

----- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Na sequência desta deliberação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que os grupos municipais indicassem os respectivos membros que iriam integrar a Comissão. -----

----- Posto isto, passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos: delegação de competências na Junta de Freguesia da Urzelina. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----*Antes de se entrar na análise deste ponto, o senhor Presidente da assembleia advertiu para o facto de estar previsto, na alínea s), do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, como competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delegar competências próprias em matéria de investimentos nas Juntas de Freguesia. Mais disse, que o art.º 37 da referida lei determina que tal delegação depende da aprovação pelos órgãos representativos da freguesia, contudo, acrescentou que a lei nada diz quanto ao momento em que devia ocorrer essa mesma delegação, pelo que, julgava que a Assembleia Municipal poderia aprovar tais delegações antes de as mesmas serem presentes às respectivas Assembleias de Freguesia, pressupondo, como condição sine qua none, que houvesse um acto volitivo de um dos órgãos da Freguesia. Acrescentou ainda que tais delegações de competências não poderiam ser postas em execução sem que houvesse aprovação das respectivas Assembleias de Freguesia. Por outro lado, acrescentou, a delegação de competências era viabilizada mediante a celebração de Protocolo onde figurassem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objecto da delegação.* -----

-----*Prosseguindo, disse que a deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 18 de Abril do corrente ano, não obedecia aos parâmetros citados, já que a sua base legal estava ferida de legalidade pelo facto de não existir, por parte dos órgãos da Freguesia da Urzelina, aceitação de tal delegação. Referiu ainda que o conteúdo e contrapartidas da própria delegação não existiam na deliberação da Câmara fazendo-se apenas uma mera referência às mesmas nos considerandos. Continuando, disse não existir qualquer proposta de protocolo onde figurassem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objecto da delegação, desta forma pôs à consideração da Assembleia a supressão daquele ponto da ordem de trabalhos comunicando à Câmara Municipal a conveniência dê esta agir em conformidade com a legislação em vigor que regula esta matéria.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- De seguida, o senhor presidente da Assembleia perguntou ao senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra relativamente àquela proposta em concreto. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que ao ter sido levada à reunião de Câmara esta situação, o fizeram no pressuposto de que a Junta não estava a cometer qualquer ilegalidade, até porque tal proposta fora aprovada por unanimidade. Mais disse que, tendo sido tal aspecto referido pelo senhor Presidente da Assembleia, contactou o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, tendo este feito um ofício resposta pelo que, encontrando-se o mesmo naquela Assembleia poderiam ser-lhe directamente pedidos esclarecimentos.

---- Terminando referiu ser do tempo em que a palavra valia tanto como uma escritura, o que agora já não acontecia. -----

----- Posto isto, interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que a Junta não tinha cometido qualquer ilegalidade, pois o que acontecera se devia ao facto de a Câmara deliberar sobre um assunto para o qual não tinha havido qualquer solicitação por parte da Junta ou da Assembleia de Freguesia da Urzelina. -----

----- Resumindo, disse que a Câmara deliberou delegar competências em alguém que não pediu essa delegação, nem a Câmara fundamentava documentalmente a respectiva aceitação por parte dos órgãos locais da Freguesia, concluindo que as objecções apenas se centralizavam nesse facto. -----

----- Ainda quanto a esta matéria, disse que a palavra existia, mas nada prevava em termos de direito administrativo. -----

----- De seguida, foi proposto pelo senhor Presidente da Assembleia ao plenário a supressão do ponto que se referia à delegação de competências na Junta de Freguesia da Urzelina. -----

----- Posta à votação a proposta do senhor Presidente da Assembleia, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Prossequindo a sessão, passou-se ao ponto referente à delegação de competências na Junta de Freguesia das Manadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----*A propósito deste ponto, referiu o senhor Presidente da Assembleia que existia um pedido por parte da Junta e, por parte da Câmara, uma definição do Protocolo, sobre que era delegado e quais as respectivas contrapartidas.* -----

----- *Foi esta matéria colocada à discussão e não havendo quem quisesse intervir sobre este ponto, foi posta à votação a proposta de delegação de competências na Junta de Freguesia das Manadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.*

----- *Passou-se, de seguida, à discussão do ponto sexto da ordem de trabalhos: prestação de contas referentes ao ano de 2010.* -----

----- *O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara que apresentasse as linhas gerais do Relatório e Contas em apreciação, relativo ao ano de 2010.* -----

----- *No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que estaria ao dispor de todos para qualquer esclarecimento a esse propósito.* -----

----- *Não havendo quem se quisesse inscrever, o senhor Presidente da Assembleia referiu que aquela matéria havia sido alvo de análise pela Comissão Permanente e como tal, solicitava ao senhor relator que lesse o respectivo Relatório.* -----

----- *Lido o Relatório, foram postos à discussão o Relatório e Contas relativos ao ano 2010.* -----

----- *Pediu a palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira, para dizer que tendo em conta o Relatório apresentado, considerava que muitos dos aspectos considerados importantes haviam sido focados naquele documento, todavia, e sem pôr em causa a parte técnica das contas apresentadas, considerava que não eram reais os valores apresentados, nomeadamente no que concernia a dívidas a fornecedores.* -----

----- *Prosseguindo, disse que existiam valores em dívida que não estavam reflectidos nos documentos apresentados, dando o exemplo dos valores destinados às Freguesias e que não constavam da listagem, não obstante constarem de Protocolos assinados, estarem devidamente cabimentados e terem sido aprovados em Assembleia Municipal, cujos valores atingiam 300.000,00 € que não constam dos documentos apresentados.* -----

----- *Acrescentou que, se esse valor fosse somado ao valor apresentado, chegar-se-ia precisamente ao valor das dívidas a fornecedores existente em Outubro de 2009.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Referiu ainda que o orçamento de 2010, foi um orçamento manifestamente empolado em cerca de três ou quatro milhões de euros, o que hoje se prova por verificação da receita global que não ultrapassou os 6,5 milhões, quando foram previstos 10 milhões. -----

----- Quanto à percentagem de execução do Plano de Actividades para 2010 considerou o mesmo senhor deputado municipal que tal foi o caos na administração municipal que o seu presidente não conseguiu sequer tecer qualquer comentário sobre a matéria. -----

----- Afirmou também que o concelho havia parado e estagnado e que, para se chegar a essa conclusão, bastaria olhar para os documentos, acrescentando ainda que fora quebrada a regra do POCAL, bastante rígida, que estabelecia que se devia manter o equilíbrio orçamental entre a receita e despesa, correntes e de capital. -----

----- Prosseguiu dizendo que se a receita corrente era superior à receita de capital, nunca as contas poderiam ser apresentadas, dentro da regra citada, totalmente contrárias àquela receita, porquanto a receita aparece superior em correntes mas a despesa aparecia superior em capital. -----

----- Finalizando disse que 2010, sendo o ano das primeiras contas apresentadas em concreto a esta Assembleia, se revelou um ano péssimo para o concelho, nada benéfico e que, no seguimento da execução que fora sido feita, verificava-se que no final do ano de 2011, a situação seria ainda pior. -----

----- Assinalou o facto da dívida à banca ter descido consideravelmente, em cerca de um milhão de euros, sendo tal facto de louvar o que, todavia não justificava o Plano de Actividades. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a prestação das Contas referentes ao ano de 2010. -----

----- O Relatório e Contas do ano 2010 foram aprovados com os votos a favor dos 11 deputados do PS, e com as abstenções dos restantes membros da Assembleia do PSD e do CDS-PP. -----

----- Posto isso, passou-se ao penúltimo ponto da ordem de trabalhos: a proposta de aplicação do resultado líquido de exercício de 2010. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Não havendo quem se quisesse pronunciar sobre esta matéria, passou-se à votação. -----

----- A proposta de aplicação do resultado como sendo o mesmo transferido para a conta 59 referente aos resultados transitados foi aprovada por 11 votos a favor do PS e 3 do CDS-PP e com as abstenções de 6 membros do PSD.-----

----- Finalmente, passou-se à discussão do último ponto da ordem de trabalhos: proposta para a primeira revisão orçamental. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir sobre esta matéria, tendo o referido dito que esta proposta foi motivada pela necessidade de utilizarem cerca de 80.000,00 para cobrir os prejuízos do exercício da empresa Velasfuturo, L.L.M., adiando-se desta forma a entrada em saneamento financeiro e que os restantes 30.000,00 destinavam-se ao pagamento de trabalhos a mais que se verificaram na obra da cobertura dos Paços do Município. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Mark Marques para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se as verbas da DRAC, de cerca de 50.000,000 já teriam sido transferidas e se em relação ao dinheiro das casa vendidas, também já tinha entrado. -----

----- Em resposta ao questionado, disse o senhor Presidente da Câmara que ainda nenhuma das verbas tinha chegado ao Município, mas que já lhe tinha sido comunicado pelo senhor Secretário das Finanças que estariam na caixa e que estariam para chegar. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira, para dizer que agradecia que fosse esclarecido em que se consubstanciavam os trabalhos a mais na obra da cobertura e a que se destinam os 30.000,00 constantes da proposta de revisão, uma vez que já tinha sido discutido em Assembleia o valor exagerado destinado ao tecto e ao facto de se ter gasto 50.000,00 € só no Projecto e na fiscalização da obra. -----

----- Referiu ainda que, o avultado custo foi comparado com aquele que foi gasto no tecto do Centro de Saúde das Velas, que implicava uma área muito mais extensa e que levaria sajes e telha enquanto o tecto do Município não teria esses trabalhos, e que tinha tido um preço muito inferior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Em resposta, referiu o senhor Presidente da Câmara que o custo da obra subiu porque a mesma foi executada no Inverno, tendo havido coisas que se colocaram e que entretanto se perderam, tendo também havido necessidade de substituir a maior parte do ferro do edifício quando, à partida se pensava que seria necessário apenas substituir uma pequena parte, acrescentando serem estes apenas alguns dos aspectos, não podendo ser mais preciso por não dispor, neste momento, dos documentos que suportavam esses e outros factos. -----

----- Pediu a palavra o senhor deputado Luís Silveira para solicitar ao senhor Presidente que disponibilizasse à Assembleia informação mais detalhada sobre os trabalhos a mais agora enunciados, uma vez que o seu Grupo Municipal não concordava com o que o senhor Presidente dissera pois, a partir do momento em que era adjudicada uma obra ao empreiteiro, fosse de Verão ou de Inverno, este teria de cumprir os prazos estabelecidos e cabia-lhe a ele a responsabilidade por esses aspectos e pelas circunstâncias em que se desenrolariam os trabalhos. -----

----- Referiu ainda que era descabido que o dono da obra tivesse de suportar esses custos a título de trabalhos a mais. -----

----- Quanto aos valores destinados à empresa municipal, o grupo concordava, uma vez que era uma exigência legal, concluindo que, uma vez que não era possível dividir o voto, o grupo iria votar contra a proposta apresentada por não concordar com o valor de 30.000,00 a título de trabalhos a mais na obra da cobertura dos Paços do Concelho. -----

----- Não havendo quem quisesse mais intervir, passou-se de imediato à votação da proposta da primeira revisão orçamental, tendo a mesma sido aprovada com 10 votos a favor do PS, 1 voto de abstenção do PS e seis votos de abstenção do PSD, e 3 votos contra do CDS-PP. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos. -----